



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciência Jurídicas e Sociais – FAJS

VALÉSIA GUEDES CAMÊLO

VIOLÊNCIA JOVEM NA CLASSE MÉDIA E ALTA
ASPECTOS GERAIS, ESTUDO DE CASO E RAZÕES

Brasília
2018

VALÉSIA GUEDES CAMÊLO

VIOLÊNCIA JOVEM NA CLASSE MÉDIA E ALTA
ASPECTOS GERAIS, ESTUDO DE CASO E RAZÕES

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de bacharelado
em Direito do Centro Universitário de
Brasília

Orientador: Professor Lásaro Moreira da
Silva

Brasília

2018

VALÉSIA GUEDES CAMÊLO

VIOLÊNCIA JOVEM NA CLASSE MÉDIA E ALTA
ASPECTOS GERAIS, ESTUDO DE CASO E RAZÕES

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de bacharelado
em Direito do Centro Universitário de
Brasília

Orientador: Professor Lásaro Moreira da
Silva

Brasília, _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Lásaro Moreira da Silva
Orientador

Examinador

Examinador

A Deus, que é dono da minha vida, e
aos meus amados pais que sempre me
apoiam e acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais por todo o apoio e compreensão ao longo de todo o curso.

Ao meu professor Lásaro Moreira, por todo o acompanhamento, ensinamentos e toda paciência dispensada neste trabalho.

Aos meus familiares e amigos por estarem sempre presentes na minha vida.

“Alegra-te, jovem, na tua juventude e recreia-se o teu coração nos dias da tua mocidade; anda pelos caminhos que satisfazem o teu coração e agradam aos teus olhos; sabe, porém, que de todas estas coisas Deus te pedirá contas”.

(Ec 11:9)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar de forma geral o comportamento desviante do jovem de classe média alta, ou seja, fazer um apanhado de possíveis hipóteses para as razões que poderiam levar jovens bem-nascidos, que aparentemente tem o que de melhor a vida pode lhes oferecer, gozam de uma boa estrutura financeira, acesso a uma educação de qualidade a se voltarem para a prática de crimes sem motivação alguma aparente. Neste sentido, realiza-se uma reflexão ética sobre as carências humanas, falta de estrutura familiar, a ausência dos pais e respostas agressivas, do ponto de vista da Criminologia e do Direito. Dessa forma, analisar e discutir sobre essas questões e procurar entendimento provável do que poderia desencadear ou motivar mudanças no comportamento de jovens ricos, sem qualquer impulso aparente.

Palavras chave: Violência juvenil. Classe. Jovens. Comportamento. Crimes. Família.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 VIOLÊNCIA GERAL E VIOLÊNCIA DO JOVEM CLASSE MÉDIA E ALTA	10
1.1 Violência como utilidade	11
1.2 O que vem a ser juventude	14
1.3 Violência juvenil	15
1.4 Violência praticada por jovens de classe média e alta	31
2 O CASO DO INDIO PATAXO GALDINO JESUS DOS SANTOS	37
2.1 Síntese do fato	37
2.2 Do pedido de prisão preventiva e sua decretação	39
2.3 Da pronúncia	40
2.3.1 Alegações finais do Ministério Público	40
2.3.2 Alegações finais da Defesa	41
2.3.3 Da desclassificação pelo tribunal do júri	43
2.3.4 Da decisão que determinou a competência do tribunal do júri	45
2.4 Da sentença	47
2.5 Análise da ação dos jovens	48
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

Por muito tempo o crime foi encarado, do ponto de vista sobrenatural, como uma manifestação demoníaca, ou sob a ótica moral e religiosa, como um comportamento pecaminoso. O abandono da concepção metafísica e a secularização do estudo do crime só vieram a ocorrer no Século XVIII, sob a influência da filosofia iluminista, com a chamada Escola Clássica.

Para a Escola Clássica todos os indivíduos são iguais e tem o controle de suas ações. O homem é tido como um sujeito que se manifesta de forma racional, motivado pela busca de maior e menor sofrimento, portanto a ação criminosa seria produto da liberdade de decisão do homem. O crime era considerado uma entidade de direito, ou seja, uma realidade jurídica.

É verdade quando se diz que não existiu civilização onde a violência não tenha existido, trata-se de uma estrutura constante do próprio fenômeno humano e tem evidente um papel na vida da sociedade. A Escola Positiva (sec. XIX e XX), como Cesare Lombroso e Augusto Comte, diz ser o crime um fato natural, que o homem é um ser degenerado, doente predestinado a cometer crimes.

O homem é naturalmente mal, perverso e violento, e quando instigado por sentimentos danosos se torna mais cruel ainda. No entanto o crime pode ser também decorrente de um aprendizado, ou seja, o comportamento criminoso pode ser aprendido, isso porque as pessoas estão diariamente em um convívio interpessoal e isso faz com que sejam aprendidas tanto coisas boas como ruins.

Por outro lado, não cabe mais afirmar que a violência no Brasil nasce junto com os jovens que crescem em periferias, em condições precárias de moradia, saneamento básico, saúde, emprego, etc. Sendo que essas carências dão uma enorme contribuição ao quadro de violência praticada por jovens.

Nesse contexto, se existe uma relação entre a criminalidade e uma estrutura socioeconômica atual, que conduz grande parte de pessoas e jovens a situação de invisibilidade social, e a conseqüente marginalidade e exclusão, por outro lado, existem aqueles que se livram dessa situação de invisibilidade social, são os jovens da classe média e alta. E o que então dizer da prática de crimes por esses jovens, e possíveis hipóteses para as razões que poderiam levá-los a cometer

crimes a que tipo de privação eles estão submetidos?

Casos ocorridos em Brasília – DF, como os dos jovens que atearam fogo em um mendigo, que faleceu, entre os jovens, filhos de policiais e comerciantes no Guará - DF, como também, moradores do Lago Sul foram presos acusados de cometer 11 assaltos no plano piloto e em São Sebastião uma única semana. Um é filho de funcionária da embaixada, e o dinheiro obtido era usado em viagens, e segundo um deles, “para tirar onda de playboy” com amigos e namoradas e adquirir status entre os amigos.

Será a delinquência juvenil determinada pelas condições sociais e econômicas desses indivíduos? Foi, portanto, diante desses questionamentos que o presente trabalho foi desenvolvido. A metodologia adotada foi baseada no procedimento de pesquisa bibliográfica, com a utilização de leitura aprofundada, de ambas as áreas, Criminologia, e do Direito, buscando uma reflexão ética sobre as carências humanas, bem como, a importância da família na prevenção da violência.

Primeiramente, a título de introdução do trabalho, o tema é apresentado e um sumário justificado e delineado, a fim de remeter ao leitor a justificativa e relevância do trabalho.

O capítulo inaugural, “Violência geral e violência do jovem na classe média alta”, compreende uma reflexão sobre o tema abordado, com discussões e posicionamentos atuais para o desenvolvimento da monografia. Com aporte bibliográfico em Criminologia e Direito, citando autores como Alessandro Baratta, Emile Durkheim, Sérgio Salomão Shecaira, Maria Rita Khel, Cesare Lombroso, Antonio Sérgio Spagnol, Cesare Beccaria, Rose Gurski, Maria Tereza Maldonado, entre outros.

Ainda esse primeiro capítulo falo sobre a violência como utilidade e conceito de juventude. A imensa dificuldade para concluir este trabalho certamente foi a escassez de informações e dados sobre o assunto, a doutrina praticamente não fala sobre o tema, e tive que me ater mais a pesquisas nas áreas de estudos das relações inter-humanas.

O segundo capítulo foi desenvolvido com a síntese do fato sobre o caso do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, com base em discussões sobre o tema, e possíveis causas, com objetivo de procurar entender as eventuais hipóteses para as

razões que poderiam levá-los à prática de crimes. E nessa perspectiva, desenvolver possíveis soluções para o problema.

1 VIOLÊNCIA GERAL E VIOLÊNCIA DO JOVEM CLASSE MÉDIA E ALTA

Existe uma criminalidade vigente, decorrente de uma estrutura socioeconômica atual, e que exerce uma influência no meio social sob os indivíduos que cometem crimes. Jovens menos favorecidos acabam sendo vítimas de uma violência institucionalizada, onde falta acesso às condições mínimas de moradia, segurança, acesso a saúde, escolaridade, entre outros. Essa ausência do poder público agrava ainda mais o quadro de violência. Indivíduos que, muito provavelmente, por algum episódio vivenciado enquanto ainda crianças ou adolescentes tiveram sua formação comprometida, e que, fora, se deparam com um caos social. Isso vem facilitar e a conduzir muitos desses jovens à delinquência, independente a qual nível social eles pertençam.

1.1 Violência como utilidade

Afirmar que a violência é algo normal na sociedade, tanto quanto o crime, é afirmar que, existe um lado positivo, ou seja, é útil e funcional para a sociedade. Sobre o tema Emile Durkheim, traz essa concepção do utilitarismo dos fatos sociais, e expõe que “o crime não se observa só na maior parte das sociedades desta ou daquela espécie, mas em todas as sociedades de todos os tipos”: “não há nenhuma em que não haja criminalidade”.¹

É importante ressaltar que determinados comportamentos e acontecimentos sociais fazem parte da vida em sociedade, e que esses fatos praticados têm na sua construção algo que se compreende enquanto civilização como uma manifestação normal e aceitável, como o crime, que faz parte da existência do homem.

Segundo Durkheim, a criminalidade muda de forma, os atos assim qualificados não são os mesmos em todo o lado; mas sempre e em toda a parte existiram homens que se conduziam de modo a incorrer na repressão penal, “o delito faz parte, enquanto elemento funcional, da fisiologia e não da patologia da vida social”. Somente “as suas formas anormais, por exemplo, no caso de crescimento

¹ DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2011. p.82.

excessivo, podem ser consideradas como patológicas”.²

O crime é algo que faz parte de toda e qualquer civilização, mas, não se trata de fenômeno natural e nem tão pouco normal o crescimento desenfreado dos delitos, ou seja, fora de controle, isso sim, causa um enorme descontentamento, gerando desconforto e insegurança social.

Portanto, “nos limites qualitativos e quantitativos da sua função psicossocial”, o delito é não só “um fenômeno inevitável, embora repugnante, devido à irredutível maldade humana”, mas também “uma parte integrante de qualquer sociedade são”. “O crime é normal porque uma sociedade isenta dele é completamente impossível”.³

Dizer que o crime é algo normal e natural, parece uma atitude cruel e, sobretudo desumana, mas não é, mas sim, aceitar que o comportamento desviante de determinados agentes existe como fenômeno funcional, desde que, em limites sustentáveis, como forma de equilíbrio social.

Esta visão geral funcionalista do delito vista por Durkheim não permitia mais que ele enxergasse “o criminoso como ser radicalmente insociável, como uma espécie de elemento parasitário, de corpo estranho e inassimilável, introduzido no seio da sociedade, mas como, um agente regulador da vida social”.⁴

Rodrigo de Abreu Fudoli fala sobre a diferença entre violência e criminalidade diz que, a violência e a criminalidade são fenômenos diversos. O crime é apenas uma das facetas da violência, embora haja, no discurso dominante, uma clara aproximação entre violência e crime, identificando-se a ação individualizada convencional como tradução da ideia de violência. Este falso e parcial pensamento conduz à consideração do sistema penal como produto hábil a fornecer à sociedade a proteção e segurança almejadas, como forma de desviar as atenções de fatos mais danosos, e de permitir o terrorismo oficial, mantenedor da injustiça, da desigualdade e da exclusão.⁵

O autor entende que a criminalidade e a violência são acontecimentos

² DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2011. p.82.

³ Ibidem, p.83.

⁴ Ibidem, p. 87.

⁵ FUDOLI, Rodrigo de Abreu. O fenômeno violento: fatores condicionantes e propostas para redução de sua incidência. *Revista do CNPCP*, Brasília, v. 1, n. 11, p. 95-112, jan./jun. 1998.

distintos, o crime reflete uma das várias formas de violência, mas na realidade existem outras formas bem mais danosas de violência como por exemplo a corrupção, que tira a oportunidade de crianças e jovens terem uma melhor expectativa de escolaridade, saúde, moradia, ou seja, viver com mais dignidade.

Segundo Alessandro Baratta dentro da concepção utilitarista de Durkheim, “o crime, por sua vez, é um fenômeno normal de toda estrutura social”; além disso entende que “só deixa de sê-lo, tornando-se preocupante, quando são ultrapassados determinados limites, quando o fenômeno do desvio passa a ser negativo, para a existência e o desenvolvimento da estrutura social, seguindo-se um estado de desorganização, no qual todo o sistema de regras de conduta perde valor, enquanto um novo sistema ainda não se firmou (esta é a situação de “anomia”); Ao contrário, dentro de seus limites funcionais, o comportamento desviante é um fator necessário e útil para o equilíbrio e desenvolvimento sociocultural”.⁶

O autor entende que o crime para ser visto como útil deve se apresentar de forma a não prejudicar a vida das pessoas em coletividade, ou seja, o crime assim como o comportamento desviante são esperados em quantidade mínima, funcional, o crescimento excessivo de ambos se torna preocupante, e desafia o desenvolvimento de toda e qualquer estrutura social.

Além disso, ressalta Baratta que, “o delito pode ter também, além dessa função indireta, um papel direto no desenvolvimento moral de uma sociedade”. “Não somente deixa o caminho livre para as transformações necessárias, mas em determinados casos as prepara diretamente”, ou seja, o criminoso não só permite a manutenção do sentimento coletivo em uma situação suscetível de mudança, mas antecipa o conteúdo mesmo da futura transformação”.⁷

A conduta criminosa está diretamente ligada a vida em coletividade, e assim, como muitos outros fenômenos sociais exercem a sua função reguladora, como o desemprego, a fome, assim ocorre com o crime, com maior ou menor intensidade, mas todos com extrema relevância dentro de uma estrutura social.

⁶ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 60-61.

⁷ Ibidem, p. 61.

1.2 O que vem a ser juventude

Se a juventude é ou não um estado de espírito, é algo a se considerar, ainda mais numa época em que muitas pessoas disputam, e buscam prolongar ao máximo de tempo possível a condição jovem, Maria Rita Kehl define a adolescência como “um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado em que todos querem se incluir”.⁸

Para Maria Tereza Maldonado a adolescência vem a ser “uma fase do ciclo vital cheia de desafios e oportunidades: expansão do conhecimento, desenvolvimento de talentos e habilidades, consolidação da autonomia e da identidade, alfabetização amorosa”; e ainda ressalta que “o adolescente já não é uma criança, e ainda não é adulto, há perdas e ganhos, transformações da identidade, do seu modo de ser no mundo, alegrias, insegurança, ilusão de onipotência, busca de sentido para a vida, o adolescente precisa fundamentalmente ser ouvido, compreendido e respeitado, ele necessita de apoio e orientação por parte de adultos que sejam bons modelos de identificação, a influência do grupo de amigos é muito relevante, para bons e maus caminhos”.⁹

A partir do texto exposto, fica claro que Maldonado entende a adolescência como fase de transformação e muitas descobertas na vida do adolescente, com grande relevância no que tange à transmissão de valores, e boas referências de comportamento por parte de adultos, principalmente daquelas advindas de grupos de amigos.

De acordo com Rose Gurski “a juventude é época agoniada, de impotência, de covardia, onde nada nos prova que seremos capazes de fazer alguma coisa, quanto mais algo que seja melhor do que já está”; e assim conclui que: “a juventude está intrinsecamente associada ao tema do novo onde aqueles que estão se tornando grandes de tamanho, embora ainda pequenos de experiências, inventariam seu legado, decidem o que levarão adiante e o que deixaram pelo caminho”.¹⁰

⁸ KHEL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁹ MALDONADO, Maria Tereza. *Cá entre nós: na intimidade das famílias*. São Paulo: Integrare, 2006. p.141.

¹⁰ GURSKI, Rose. *Três ensaios sobre juventude e violência*. São Paulo: Escuta Clínica Maud

Para Gurski, o que se espera dos adolescentes nesse momento da vida de transição e tantas coisas novas surgindo ao mesmo tempo, é que façam um apanhado das poucas experiências vividas, quer na família, escola, com grupos de amigos, na comunidade onde estão inseridos, e assim, fazer as suas próprias escolhas.

A autora ainda ressalta que “a definição da adolescência como uma fase eminentemente moderna que demarca a transição de valores entre a infância e a vida adulta já é quase um consenso”; e nesse sentido ela entende que

“Vigora a premissa de que a adolescência é um momento de passagem, por meio do qual a criança se transforma em um jovem sedento por conhecimento, pois após esperar o tempo da infância, ser-lhe-á concedido o passaporte para participar das decisões que realmente têm valor na esfera social”.¹¹

Essa passagem é um momento realmente marcante na vida do adolescente, momento em que ele entende e espera ser capaz de grandes mudanças, não somente físicas, como de comportamento, atitudes, é o tão esperado momento de participar da tomada de decisões importantes, tanto da sua vida pessoal e familiar, como também e principalmente da sua vida como cidadão.

1.3 Violência juvenil

Sabe-se que a violência que existe hoje no país não é e nem poderia ser somente decorrente da maldade humana. Ela tem sim raízes culturais, sociais e socioeconômicas, é uma realidade, e nos últimos anos, esse fenômeno vem preocupando a todos, trata-se de um problema social grave, que merece interesse e atenção maior dos órgãos competentes e de toda a sociedade.

Diante de uma sociedade assustada e cada vez mais perplexa com o aumento progressivo da violência praticada por jovens em todo o país, faz com que a sociedade passe a refletir acerca do que está acontecendo com os jovens, que, com esses excessos juvenis, tentam deixar suas marcas, inscrições.

Por outro lado, não cabe mais afirmar que a violência no Brasil nasce junto com os jovens que crescem em periferias, em condições precárias de moradia,

Mannoni, 2012. p. 14.

¹¹ GURSKI, Rose. *Três ensaios sobre juventude e violência*: São Paulo: Escuta Clínica Maud Mannoni, 2012. p. 96.

saneamento básico, saúde, emprego, etc, sendo que essas carências dão uma enorme contribuição ao quadro de violência praticada por jovens.

Cesare Beccaria faz uma reflexão acerca de como prevenir os delitos e sustenta que “é melhor prevenir os delitos do que puni-los. É esse o escopo principal de toda boa legislação, que é a arte de conduzir os homens ao máximo de felicidade possível, conforme todos os cálculos dos bens e dos males da vida”.¹²

Não existir crimes e violência é algo impossível de acontecer em qualquer sociedade, pois em todas as civilizações existentes o crime esteve e estará presente. No entanto pode haver a tentativa de prevenir os crimes, e assim minorar as ocorrências delitivas, através do interesse do Estado e participação de toda a sociedade.

No entanto ele afirma: “não ser possível reduzir a turbulenta atividade dos homens a uma ordem geométrica sem irregularidade e confusão”, e que assim:

“Como as leis da natureza, constantes e simplíssimas, não impedem que os planetas sofram perturbações em seus movimentos, assim também nas atrações infinitas e muito opostas do prazer e da dor as leis humanas não podem impedir as perturbações e a desordem”.¹³

Não se pode esperar que as leis por si só pudessem impedir as manifestações violentas e a maldade do homem em sociedade, assim como o esporte, a família, a religião, funcionam como impedimento ou como freio social, da mesma forma acontece com as leis. Pois sempre vão existir pessoas a incorrer na prática de crimes.

Para Cesare Beccaria, a educação é o meio mais seguro para prevenir os delitos e o autor defende que “o meio mais seguro, porém mais difícil, para prevenir os delitos é aperfeiçoar a educação, assunto demasiado vasto que excede os limites que me impus”. Ousa também dizer que “ele está muito intimamente ligado à natureza do governo, razão para que seja sempre um campo estéril, só cultivado aqui e acolá por alguns poucos sábios, até nos mais remotos séculos da felicidade pública”.¹⁴

Antônio Sérgio Spagnol, em sua análise sobre os atos violentos de jovens

¹² BECCARIA, Cesare Bonesana. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.130.

¹³ Ibidem, p.131.

¹⁴ Ibidem, p.136.

paulistas ressalta que:

“A grande maioria dos adolescentes internados na FEBEM de São Paulo é oriunda da periferia da cidade e pertencente às classes trabalhadoras pauperizadas. Mas é interessante notar que nessa mesma periferia encontramos adolescentes submetidos às mesmas condições sociais que em nenhum momento de suas vidas envolveram-se com o mundo do crime. No meio do caos em que se encontram, parece que ainda buscam uma normalidade de vida no binômio escola-trabalho que lhes dê um mínimo de esperança de melhoria de suas condições”.¹⁵

O que poderia explicar comportamentos tão diferentes, tendo em vista que as condições a que esses jovens são submetidos são as mesmas, ou seja, boa parte se encontra inserido nesse contexto de muita pobreza, carências e privações de toda ordem, como explicar essas diferenças?

A partir do texto exposto, ele observa que, grandes parcelas das famílias onde estão inseridos esses jovens, mesmo em meio a todo esse contexto social adverso consigam manter uma estrutura familiar pautada pelo amor, educação moral, escolaridade, na qual essa estrutura permita que esses jovens não se sintam tentados a ingressar no mundo da marginalidade.

Spagnol afirma que:

“Contudo, a pobreza por si só não explica a violência nessas áreas, palco de sua pesquisa, uma vez que os dados sobre as outras regiões da cidade, igualmente miseráveis, apenas uma parcela dos adolescentes envereda para o campo da delinquência, outros elementos devem existir que indiquem as causas desse fenômeno”.¹⁶

Nesse contexto, Antônio Lisboa ao falar sobre o tema menor infrator indaga como ser possível “que duas crianças, vivendo na mesma favela, de famílias pobres, uma se dedique ao crime e a outra não? Por que a pobreza e as desigualdades sociais levam alguns ao crime e a maioria se mantém íntegra, como ocorre nas favelas”? Além disso, o autor entende que “o menor infrator não nasce mau, não surge por acaso, é fruto da decadência moral, secundada pelas desigualdades sociais”.¹⁷

¹⁵ SPAGNOL, Antônio Sérgio. Jovens delinquentes paulistanos: tempo social. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ LISBÔA, Antonio Marcio Junqueira. *A primeira infância e as raízes da violência: proposta para diminuição da violência*. Brasília: LGE, 2007. p.63-64.

O acesso cada vez maior aos meios de comunicação seja ele qual for, quer televisão, quer revista, filmes ou livros faz com que os jovens desejem possuir bens, roupas, sapatos, carros, celulares, mesmo sabendo que não têm condições financeiras para a posse desses objetos. Ou seja, existe uma democratização ao desejo de posse desses bens de consumo, mas não a possibilidade de possuí-los.

Spagnol assinala que “para ter um tênis de marca que pode proporcionar-lhe satisfação e prestígio diante de seus iguais, um jovem não vê nenhum problema em tirar a vida de outra pessoa, mesmo que seja a de um jovem como ele”; e ainda “ter uma arma também concede poder e prestígio, e para manter-se nesse meio e satisfazer seu desejo de aquisição, o jovem delinquente comete outros pequenos crimes que caracterizam o seu cotidiano”.¹⁸

Para o autor, o jovem uma vez tendo ingressado nesse universo da marginalidade e se identificando com ele, passa a ter uma rotina na prática de crimes, começa a enxergar o outro como simples objeto, alguém de posse daquilo que ele desejou, seja uma mochila, um relógio, sapatos o que for, não vê problema em ferir ou matar quem quer que seja.

Ainda nesse contexto Spagnol adverte que esses jovens “levam uma vida sedutora para quem quer ter algo, e consegue tê-lo grande parte do tempo, esses pequenos crimes vão desde sair de um bar sem pagar até furtar lojas ou pessoas na rua, e muitas vezes exercem uma atração independentemente do ganho material”; e ainda entende que: “Furtar um doce na padaria, levar uma peça de roupa qualquer na loja e sair sem pagar, furtar revistas das bancas etc. Não é o valor da mercadoria que justifica o roubo, mais sim o prazer de fazê-lo”.¹⁹

Para Spagnol, a prática cotidiana desses pequenos delitos onde na maior parte das vezes conseguem lograr êxito, vai tomando uma proporção bem maior do que se imagina, pois, independente do lucro, ele afirma, e sim pela identificação e satisfação, no prazer em delinquir.

O que se observa na grande maioria das vezes, que esses jovens ao praticar pequenos delitos estão quase sempre na companhia de outros da mesma idade ou de pessoas que acabaram de conhecer, ou seja, associam-se somente

¹⁸ SPAGNOL, Antônio Sérgio. Jovens delinquentes paulistanos: tempo social. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.

¹⁹ Ibidem.

para delinquir, fazem isso para tirar onda, pela adrenalina, ou por puro prazer na prática dos delitos ou até mesmo em busca de autoafirmação e prestígio diante dos demais do bando.

Maria Tereza Maldonado ao falar sobre violência a autora afirma que

“Todos nós nascemos com impulsos amorosos e agressivos, no processo educacional, na necessária parceria entre família, escola e outras instituições sociais, pretende-se expandir a capacidade amorosa, que resulta em gentileza, solidariedade, compreensão, e canalizar a agressividade para fins construtivos, como a assertividade, a firmeza, a persistência, a luta para superar obstáculos, a capacidade de se defender. A energia agressiva é inata e necessária, mas a violência é aprendida no contexto social”.²⁰

Sabe-se que faz parte da natureza humana esse comportamento agressivo e egoísta, mas existem situações em que o homem é instigado por sentimentos danosos, como a inveja, o ódio, também por situações dentro do contexto social onde se encontra inserido, que podem levá-los há manifestações violentas, Maldonado assinala que:

“Condutas agressivas encobrem tristeza, sentimento de rejeição, necessidade de diferenciação para fortalecer a independência, manobra de dominação, medo de ser dominada, baixa tolerância à frustração e muito mais, e que é na passagem da infância para a adolescência, e na transição para a idade adulta, a agressividade é o disfarce mais comum do medo de não conseguir formar uma individualidade”.²¹

Para a autora, o adolescente nessa passagem para uma vida adulta de mais responsabilidade e comprometimento em várias esferas, traz grande abalo psicológico, moral, emocional, isso pode acarretar comportamentos e atitudes antes não vivenciadas. Esses sintomas juvenis, muitos deles regados a violência, agressividade e intolerância, demonstram uma forma de delimitar o seu lugar em sociedade.

Em um entendimento mais recente Gurski diz que:

“Há na adolescência uma urgência em confirmar a inscrição de si por meio das diferentes formas de se fazer representar no social que, somada ao empobrecimento das condições de construção da experiência e ao esvaziamento do espaço público como espaço

²⁰ MALDONADO, Maria Tereza. *Cá entre nós: na intimidade das famílias*. São Paulo: Integrare, 2006. p. 203.

²¹ Ibidem, p.178.

legítimo de representação, acaba por incrementar a dimensão das escritas violentas na adolescência de nosso tempo”.²²

Segundo Alessandro Baratta, Robert Merton ao desenvolver a teoria sociológica funcionalista da “anomia”, se opôs assim como Durkheim, a concepção patológica do desvio, e que, se permita com essa concepção “interpretar o desvio como um produto da estrutura social, absolutamente normal como o comportamento conforme às regras”. Isto significa que “a estrutura social não tem somente um efeito repressivo, mas também, e, sobretudo, um efeito estimulante sobre o comportamento individual”. A estrutura social “produz novas motivações, que não se deixam reconduzir a tendências inatas”.²³

Ele observa que, a estrutura social desencadeia sobre o indivíduo influências e efeitos diversos, do ponto de vista negativo, e também positivo, que ele pode ser estimulado a novas e boas escolhas, como também o contrário pode acontecer, o desvio está inserido na sociedade como produto do meio, vai depender dos estímulos e do caminho escolhido pelo indivíduo a ser trilhado em sociedade.

O modelo de explicação funcionalista proposto por Merton, portanto:

“Consiste em reportar o desvio a uma possível contradição entre estrutura social e cultura: A cultura, em determinado momento do desenvolvimento de uma sociedade, propõe ao indivíduo determinadas metas, as quais constituem motivações fundamentais do seu comportamento. Proporciona também, modelos de comportamentos institucionalizados, que, resguardam as modalidades e os meios legítimos para alcançar aquelas metas”.²⁴

O delito é um acontecimento social e absolutamente aceitável, desde que dentro da visão de que nenhuma sociedade se isenta dele. A estrutura econômico-social que se apresenta hoje não proporciona as mesmas oportunidades para todos, existem janelas que difundem a inclusão de acesso ao consumo, essa sim é alcançada por todos os níveis da sociedade, mas nem sempre é possível que todos alcancem por vias legítimas essa possibilidade de consumo, e acabam por delinquir.

Por outro lado, afirma o autor que:

“A estrutura econômico-social, oferece aos indivíduos, em graus

²² GURSKI, Rose. *Três ensaios sobre juventude e violência*. São Paulo: Escuta Clínica Maud Mannoni, 2012. p. 31.

²³ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 62.

²⁴ Ibidem, p. 63.

diversos, especialmente com base em sua posição nos diversos estratos sociais, a possibilidade de acesso às modalidades e os meios legítimos para alcançaras metas, e que essa desproporção que pode existir entre os fins culturalmente reconhecidos como válidos e os meios legítimos, à disposição do indivíduo para alcançá-los, está na origem dos comportamentos desviantes”.²⁵

Para o autor, essa estrutura dispõe aos indivíduos em todas as esferas sociais, a possibilidade de que todos alcancem seus objetivos em sociedade, sejam eles por vias legítimas de acesso ou através de meios culturalmente estabelecidos, e assim, fazer suas próprias escolhas, o que estaria na origem desses comportamentos, e expõe que:

“Determinadas infrações e determinados delitos são uma reação inteiramente “normal” a uma situação na qual existe uma acentuada cultura do sucesso econômico e que, contudo, oferece em escassa medida o acesso aos meios convencionais e legítimos de sucesso, e que tanto para a maior quanto para a menor possibilidade de tornar-se criminoso, não são decisivas as características biopsicológicas dos indivíduos, mas sim a permanência a um ou outro setor da sociedade”.²⁶

Além disso, entende Baratta que “o acesso aos canais legítimos para enriquecer-se tornou-se estreito por uma estrutura estratificada que não é inteiramente aberta, em todos os níveis, aos indivíduos capazes. A cultura coloca, pois, aos membros dos estratos inferiores, exigências inconciliáveis entre si. Por outro lado, aqueles são solicitados a orientar a sua conduta para perspectiva de um alto bem-estar; por outro, as possibilidades de fazê-lo, com meios institucionais legítimos, lhes são, em ampla medida, negadas”.²⁷

Ele entende que se trata de uma estrutura social em que nem todos os indivíduos tem acesso ao sucesso de uma estabilidade econômica e social, por vias legítimas, as pessoas de classes menos favorecidas não têm as mesmas oportunidades que as de nível social mais elevado, ou seja, acesso a boas escolas, a praticar um esporte, morar bem, saúde etc, e nem o acesso aos meios existentes em sociedade para alcançar tais níveis de bem-estar social.

De acordo com Maria Rita Khel “a imagem do adolescente consumidor, difundida pela publicidade e pela televisão, oferece-se à identificação de todas as

²⁵ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 63.

²⁶ Ibidem, p. 63.

²⁷ Ibidem, p. 65.

classes sociais”; além disso, a autora diz que “assim, a cultura da sensualidade adolescente, da busca de prazeres e novas sensações, do desfrute do corpo, da liberdade, inclui todos os adolescentes, do filhinho do papai ao morador de rua, do jovem subempregado que vive na favela ao estudante universitário, todos se identificam com o ideal publicitário do adolescente hedonista, belo, sensual, o que favorece, evidentemente, um aumento exponencial da violência entre os que se sentem incluídos pela via da imagem, mas excluídos das possibilidades de consumo”.²⁸

Khel sustenta que, a imagem do adolescente consumidor que é amplamente divulgada pelos meios de comunicação em massa, alcança todos os adolescentes, independente de qual estrato social ele pertença, todos se identificam com esse modelo, por outro lado, potencializa um aumento da criminalidade entre aqueles que têm acesso de forma democrática à imagem do adolescente consumidor, todavia, não é recíproco o acesso ao consumo.

Uma pesquisa da UNESCO revela que ao analisar o papel da escola na educação dos jovens, a organização mostrou-se descontente em relação a formação para o exercício da cidadania, de valores cívicos e afetivos. A pesquisa também demonstra que, dentre as causas apontadas por profissionais da educação para o comportamento mais violento dos jovens, destaca-se que:

“Em segundo lugar com 28,6% “a influência dos meios de comunicação”, em primeiro lugar com 29,2% “a desestruturação das famílias/ ausência dos pais”, e em terceiro lugar com 26,2% a falta de limites, excesso de liberdade pelos pais”.²⁹

Sérgio Salomão Shecaira ao se referir ao tema falando sobre a “teoria da subcultura delinquente” destaca que:

“A revolta da moderna sociedade, especialmente quanto aos jovens, aparece mais pronunciadamente na adolescência. Sob certas condições de insegurança e de falta de crenças morais, esta revolta da juventude induz algumas pessoas a pratica de atos de vandalismo, que se constituem em suas atitudes mais evidentes”.³⁰

²⁸ KHEL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

²⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.

³⁰ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 267.

Entende o autor, que esse sintoma de revolta se apresenta em nosso tempo, em especial na juventude tem causa, sobretudo em momentos de insegurança, seja pessoal, familiar, social, como também na ausência de bons exemplos de ética e moral, e muitos são os jovens que nessa fase são levados a si manifestar com atitudes e comportamentos violentos.

Shecaira observa que muitas vezes têm “os adolescentes dois caminhos para obter algum reconhecimento dos adultos”: “fazer grupo e fazer estardalhaço, ou besteiras, enfim associar-se para transgredir”; ainda entende que “existe uma parceria de adolescência e delinquência, porque o adolescente por não ser reconhecido dentro do pacto social, tentará ser reconhecido “fora” ou contra ele”.³¹

Ele observa que é nessa fase em que o adolescente acaba por buscar ter reconhecimento por parte dos adultos, com isso faz parcerias com seus iguais ou até mesmo passa a delinquir, procuram não passar despercebidos diante da sociedade, ao contrário, querem mesmo é ser notados, e para que isso aconteça vale tudo, até mesmo transgredir, contrariando tudo e a todos, com isso, buscam se inscrever, se fazer presente.

De acordo com o autor “crianças e adolescente menos capazes e de pior conduta na escola, geralmente de lares problemáticos e com baixa autoestima, têm mais probabilidade de cometimento de delitos que aqueles com melhor rendimento acadêmico e bem integrado ao meio escolar e familiar”.³²

Ele também ressalta:

“Os meios de comunicação de massa, os efeitos envolventes e persuasivos de programas jornalísticos sobre violência, filmes com muitas mortes e programas de TV e rádio com grande realismo em mostrar a violência podem fazer sentir sua influência no campo da criminalidade juvenil”.³³

Cenas de violência podem ser vistas a qualquer momento e em qualquer lugar, basta que se tenha acesso a um meio de informação, seja ela escrita ou falada, acaba por exercer certa influência sobre o comportamento juvenil, podendo estimular comportamentos agressivos e violentos, e o adolescente em processo de formação sofrem bem mais que os adultos as influências do meio.

³¹ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p, 267.

³² Ibidem, p. 268.

³³ Ibidem, p. 268-269.

Nesse contexto o autor destaca que “os estudiosos estão de acordo em concluir que existem poucas dúvidas de que a violência transmitida pela TV, principalmente por meio de filmes, seja capaz de induzir a imitação da agressividade nas crianças e adolescentes, ainda mais do que nos adultos”. E ainda nesse entendimento assinalam que: “A personalidade ainda em formação é mais maleável às influências do meio, especialmente quando há uma larga exposição, um uso frequente da violência”.³⁴

Para o autor, vale ressaltar que nessa fase da infância e adolescência com a personalidade ainda se ajustando, é que nesse período de amadurecimento da personalidade, crianças e adolescentes se tornam mais vulnerais, e consequentemente mais suscetíveis às influências que chegam de todos os lados. Se eles conseguem copiar gestos e comportamentos transmitidos pela TV, porque não conseguiriam copiar os relacionados com manifestações violentas?

Shecaira observa também no que diz respeito aos índices de criminalidade, observa que:

“Os índices mais preocupantes de criminalidade são encontrados naquelas áreas da cidade onde o nível de desorganização social é maior. É na periferia- ao menos em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília – que o maior número de crimes ocorre. Não há uma forte presença do Estado”.³⁵

O autor acredita que nessas regiões periféricas dos grandes centros onde o Estado se faz omisso, deixando de aplicar políticas públicas de qualidade, e a oferecer o mínimo possível de infraestrutura para essas regiões, existe sim, uma desorganização mais acentuada, acarretando um aumento maior da criminalidade, e ressalta que:

“A condição potencializadora para o surgimento de grupos de outras áreas de lazer, dá origem a uma sensação de completa anomia a dos que acabam por substituir o Estado na tarefa de controle justiceiros, bandos armados ausência completa do Estado, faltam hospitais, creches, escolas parques, delegacias de polícia, praças e da ordem”.³⁶

As áreas periféricas dos grandes centros urbanos são consideradas mais vulneráveis ao surgimento da violência e criminalidade, devido a precariedade e até

³⁴ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 269.

³⁵ Ibidem, p. 178.

³⁶ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p.179.

mesmo completa ausência do poder público, também por sua população ser de baixa renda, ou muito pobres. As pessoas de bem que vivem nessas áreas periféricas acabam sendo duplamente vítimas, pois são vítimas do Estado pelo abandono como da criminalidade que assola essas regiões.

Maria Tereza Maldonado ao se referir ao uso em excesso da televisão pelas crianças e adolescentes diz que:

“Embora a excessiva exposição à violência não seja o único fator responsável pelo aumento da agressividade em crianças e adolescentes, muitos especialistas acreditam que ela facilita a identificação com modelos agressivos glorificados como heróis, estimula a crença de que a violência é um modelo aceitável de resolver conflitos e embora a capacidade de sentir compaixão pelo sofrimento das vítimas”.³⁷

Para a autora, embora o acesso exagerado a televisão e consequentemente a filmes e a programas violentos, não sejam as únicas influências sofridas pelas crianças e adolescentes capazes de justificar comportamentos violentos e agressivos, mas, por outro lado, acabam por influenciar esses jovens pela fragilidade da personalidade ainda em formação a se identificarem com ações violentas, principalmente se praticadas por seus super-heróis favoritos.

No entanto, a autora também entende que:

“A televisão pode ser uma porta aberta para o mundo, trazendo informações, mostrando culturas diferentes, oferecendo diversão saudável, cabe às famílias escolher os programas e à sociedade exigir um código de ética das emissoras para que ofereçam programação de boa qualidade, que respeite os valores fundamentais do convívio”.³⁸

Ela entende que a televisão é um meio de estimular o desenvolvimento dos adolescentes em vários aspectos, ou seja, na educação, pode contribuir para o aumento da cultura, enriquecimento da personalidade e formação pessoal, mas, ao contrário pode acontecer, todavia se faz necessário o empenho e vigilância das famílias sobre as programações assistidas.

Camila Silva Nicácio observa que “estudos longitudinais sugerem que a conexão entre a TV e a agressividade é recíproca: assistir a programas violentos

³⁷ MALDONADO, Maria Tereza. *Cá entre nós: na intimidade das famílias*. São Paulo: Integrare, 2006. p.51.

³⁸ Ibidem, p. 51.

aumenta a tendência agressiva, que estimula o interesse por programas violentos, que, por sua vez, promove maior agressividade”.³⁹

A partir do trecho exposto, fica claro para a autora que existe uma influência da TV em comportamentos agressivos e violentos, essa tendência agressiva é estimulada por programas regados a violência, assistir a esses programas diariamente estimula cada vez mais determinadas ações e comportamentos agressivos, e diz que

“O argumento é de que a TV contribui definitivamente para a banalização desse estado de violência fazendo-a parecer natural. Em face desse estado de coisas e do dado de que, a cada hora, de cinco a dez cenas de violência são exibidas pelas emissoras brasileiras e estrangeiras, pode-se dizer que uma ordem global cada vez mais violenta e agressiva se anuncia e quer se impor, a manchete no jornal nos remete palidamente a um desfecho reticente e melancólico: Por hora, sete jovens entram nas prisões do país”.⁴⁰

Para a autora, a TV tem contribuído de forma significativa para o aumento da violência, para ela, cenas de violência dão mesmo íbope, canais de televisão exibem matérias referentes à violência de forma repetida à exaustão, impondo uma tendência de comportamento a ser seguida, corrompendo crianças e adolescentes ainda em formação.

Segundo o entendimento de Rose Gurski:

“Os fenômenos de violência podem ser tomados como o efeito da direção exibicionista que os desejos de seus destinos assumem quando as trocas inter-humanas se encontram esvaziadas; o sujeito da cultura visual e do espetáculo parece ver o outro como mero objeto de seu gozo, instrumento para seu prazer. É como se, na ausência de projetos sociais compartilhados, restassem os pactos narcísicos”.⁴¹

Fica claro que para a autora, as condutas violentas se apresentam como reflexo, forma de se fazer notar e expressar certa frustração e vazio das relações sociais, os indivíduos não conseguem ver o outro como igual, passa a vê-los apenas como meio de aquisição do que se pretende.

O perfil das famílias e das relações inter-humanas vem sofrendo grande

³⁹ NICACIO, Camila Silva. *Violência na televisão: a juventude colonizada*. Disponível em: <<http://www.arnaldogodoy.com.br/revista> 2007>. Acesso em: 26 maio 2015.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ GURSKI, Rose. *Três ensaios sobre juventude e violência*. São Paulo: Escuta Clínica Maud Mannoni, 2012. p. 28.

transformação nas últimas décadas, aqueles encontros e o diálogo que antes existia entre os membros de uma família, quer na hora do café, almoço ou jantar, o papo com os amigos, as brincadeiras da idade, estão se tornando cada vez mais raros. Essa troca de informações e experiências cada vez mais escassa, leva parte da juventude a buscar outro tipo de emoção, uma forma de se fazer notar.

Para Gurski, o jovem:

“Em meio à passagem do cenário familiar para o cenário social, os atos violentos, muitas vezes, se caracterizam por tentativas de o jovem constituir-se, prescindindo do outro, ou seja, o que transborda nos atos violentos juvenis pode estar associado ao desamparo do qual padecem, já que o tipo de estrutura que rege o laço social atual resguarda pouco o sujeito”.⁴²

A autora entende que a adolescência vem acompanhada de muitas mudanças, sejam elas, físicas, sociais, psíquicas, e que, nessa mudança no cenário de vida do adolescente, o comportamento violento, muitas vezes, quer dizer, um grito de protesto, ou, pedido de socorro, pela carência nas transmissões e cuidados parentais.

No Brasil não se tem uma tradição por parte do poder público, em políticas públicas que sejam destinadas especialmente aos jovens, como o esporte, lazer, cursos profissionalizantes, um ensino de qualidade, condições dignas de moradia entre outras. Ações do governo que possam de alguma forma proteger os nossos jovens de trajetórias infelizes e indesejáveis.

E alerta para o fato de:

“Estarmos em uma guerra de espaços, talvez de espaço social, na qual a falta de acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania leva grande parte da população ao lugar da marginalidade e da exclusão”.⁴³

A autora assinala que “nesse sentido, a invisibilidade social e subjetiva da qual padece uma parte da juventude tem, na exclusão, um dos seus efeitos, os jovens pobres, cujas necessidades psicossociais e muitas vezes orgânicas são negligenciadas pela família e pelo poder público, acabam ensejando trajetórias

⁴² GURSKI, Rose. *Três ensaios sobre juventude e violência*. São Paulo: Escuta Clínica Maud Mannoni, 2012. p. 28-29.

⁴³ Ibidem, p. 29.

pautadas pela delinquência”.⁴⁴

Para a autora, o contexto social em que boa parte de crianças e jovens se encontram, não contribui nem um pouco para que tenham trajetórias de vida pautada no sucesso, as necessidades são enormes e de toda ordem, acesso a condições por menor que seja a ter uma vida com mais dignidade lhes são negadas, isso causa insatisfação e revolta a boa parte desses jovens, que acabam trilhando caminhos tortuosos, na prática de crimes e violência.

Na mesma linha de entendimento Maria Tereza Maldonado afirma que: “A família é, sem dúvida, uma influência importante na construção das identidades masculina e feminina. Mas há também a influência da escola, dos amigos, do contexto cultural”.⁴⁵

Para Maldonado, “jovens agressores foram, na maioria, crianças pela indiferença, pela ausência, pela falta de trabalho paciente de canalização da impulsividade, pela identificação com modelos agressivos, seja em casa, seja na comunidade em que vivem”.⁴⁶

No entanto a autora ressalta que:

“Nem todos os agredidos se tornam agressores, e os agressores podem recuperar-se, se a violência é aprendida, pode ser desaprendida pelo aumento da capacidade de reflexão e da empatia e, sobretudo, quando o agressor sofre as devidas consequências pelos seus atos”.⁴⁷

Ainda de acordo com esse entendimento a autora destaca que “a impunidade em casa, na escola, na sociedade e no Congresso Nacional, é um dos principais fatores que aumentam a incidência do comportamento violento”.⁴⁸ Ela compreende que mesmo uma criança ou adolescente tenha sofrido algum tipo de violência, seja ela, física, mental, emocional, não necessariamente vá se tornar um agressor, e mesmo os que sofreram, podem se recuperar desde que usem meios e métodos adequados, principalmente se os de condutas violentas sofrerem as devidas sanções.

⁴⁴ GURSKI, Rose. *Três ensaios sobre juventude e violência*. São Paulo: Escuta Clínica Maud Mannoni, 2012. p. 29.

⁴⁵ MALDONADO, Maria Tereza. *Cá entre nós: na intimidade das famílias*. São Paulo: Integrare, 2006. p. 204.

⁴⁶ Ibidem, p. 204.

⁴⁷ Ibidem, p. 204.

⁴⁸ Ibidem, p. 204.

A família, e para ser mais claro os genitores são os grandes e verdadeiros responsáveis pela transmissão de saberes e valores aos seus filhos, bem como a imposição de limites e regras. Os pais devem punir os seus filhos diante das indisciplinas em casa e também escolares, é dever dos pais manter essa vigilância e controle, para que possam crescer com esse entendimento.

E alerta para o fato de que “as raízes da violência são múltiplas, e sua redução dependerá de um trabalho em rede, com responsabilidades compartilhadas entre famílias, escolas e demais instituições da sociedade, políticas públicas que funcionem e governos eficientes”.⁴⁹

Deve ser ressaltado que essa sincronia entre governo, família, escola, segurança pública, ou seja, investimento em políticas públicas, como na geração de empregos, esporte, educação, na valorização dos professores com salários dignos, reestruturação das escolas, é fundamental para que se possa obter um índice de redução do quadro de violência.

Segundo Nicácio:

“No Brasil, não existe uma tradição de políticas públicas destinadas especificamente aos jovens”. “Os programas para juventude são geralmente incorporados e atrelados àqueles voltados às crianças”. Além disso, “eles centram-se, sobretudo, nas classes populares e partem de uma visão de que os jovens pertencem a um grupo em situação de risco”.⁵⁰

Fica claro para a Nicácio, que é necessário no âmbito das políticas públicas sejam desenvolvidos programas de geração e criação de empregos voltados para os jovens de todas classes sociais, como, cursos profissionalizantes, programas de geração de emprego, que possa capacitar e incentivar os jovens a ingressarem no mercado de trabalho.

Ainda nessa mesma linha de pensamento Nicácio assinala que “a temática da inclusão no Brasil é identificada diretamente com a marginalização causada por um contexto socioeconômico iníquo, em que o jovem é, no mais das vezes, também negro, pobre e infrator”; e ressalta que:

⁴⁹ MALDONADO, Maria Tereza. *Cá entre nós: na intimidade das famílias*. São Paulo: Integrare, 2006. p. 204.

⁵⁰ NICACIO, Camila Silva. *Violência na televisão: a juventude colonizada*. Disponível em: <<http://www.arnaldogodoy.com.br/revista> 2007>. Acesso em: 26 maio 2015.

“Em um contexto social como o brasileiro- em que se apresenta uma taxa de pobreza/indigência acima de 40%- e que é marcado, portanto, por constrangimentos e necessidades de toda ordem”.⁵¹

Para a autora, as desigualdades são enormes, de fato, as diferenças sociais no Brasil atingem a maioria da população negra, que consequentemente é pobre. O negro sofre muito com violências de toda ordem, sejam elas, sociais ou econômicas, isso gera uma dificuldade de que se tenha uma vida com o mínimo de dignidade, e leva boa parte desses jovens negros a serem protagonistas de ações criminosas.

Além disso, ela ressalta que “muitos estudiosos da área, dentre educadores e psicólogos, apontam para o fato de que a violência é facilmente assimilada por jovens por trazer implícita ou explicitamente componentes de escapismo e de compensação”. Ou seja, “violência compensaria, por um lado as carências e frustrações vividas por aqueles vindos de áreas problemáticas ou mais violentas; e por outro, proporcionaria doses extra de emoção aos jovens de ares mais tranquilas ou menos violentas”.⁵²

Crianças e adolescentes pobres vindos de regiões periféricas, invisíveis aos olhos da sociedade e esquecidas pelo poder público, acabam tendo que traçar seu próprio caminho, parte desses jovens são levados a uma trajetória marcada pela delinquência, muitos deles adotam esse tipo de conduta para encobrirem certos traumas, uma espécie de fuga.

Antônio Flávio Testa alerta para o fato de que “mesmo que se dê educação e valores sólidos ao jovem, ainda assim, ele tem grandes chances de seguir o caminho da criminalidade, fora do convívio familiar ou escolar, ele continua encontrando um mundo duro e sem oportunidades”; ainda alerta para o fato de que “faltam políticas mais abrangentes e unificadas para a juventude, falta projeto de futuro para os jovens no Brasil”, afirma Testa.⁵³

Para o autor, é importante que os jovens mesmo com uma boa educação familiar e escolaridade de qualidade, não encontram um mercado de trabalho pronto para recebe-los, o fato é que no Brasil não se tem uma tradição em políticas públicas

⁵¹ NICACIO, Camila Silva. *Violência na televisão: a juventude colonizada*. Disponível em: <<http://www.arnaldogodoy.com.br/revista> 2007>. Acesso em: 26 maio 2015.

⁵² Ibidem.

⁵³ MAIS educação, menos crimes? Disponível em: <http://www.educacional.com.br/reportagens/juventude_violencia/maiseducacao.asp>. Acesso em: 14 abr. 2015.

que sejam direcionadas aos jovens, principalmente para o ingresso no mercado de trabalho, juntamente com políticas de prevenção da violência e do crime.

1.4 Violência praticada por jovens de classe média e alta

Existe uma criminalidade praticada por jovens em situação de abandono e invisibilidade por parte do poder público e até mesmo da própria família, jovens violentos vítimas de uma violência institucionalizada, na qual faltam condições mínimas para uma vida melhor. Essa negligência acaba levando muitos desses jovens à delinquência.

No entanto, existem jovens que não sofrem nenhum tipo de privação, como por exemplo, uma má qualidade dos serviços públicos, como saúde, esporte e educação. São jovens abastados, privilegiados, já submetidos a um sistema particular. Por que então parte desses jovens tem se mostrado violentos?

Cesare Lombroso, em o *Homem Delinquente*, defende que:

“Os criminosos não veem as consequências do delito, veem só o presente, o único prazer de desafogar sua revolta paixão; desse lado, o homem não habituado ao crime e que o comete por uma forte paixão, avizinha-se ao delinquente comum”. Portanto, “pode o criminoso nascer com certos caracteres degenerados, mas poderá modificar-se por seu esforço e pelo tipo de educação que recebe”. “O ser humano é, portanto, fruto do meio em que vive e se desenvolve”.⁵⁴

É certo que para o autor, nascendo o indivíduo com tendências a práticas de crimes, não significa dizer que este comportamento será permanente, pode deixar de tê-los, se pautado em uma educação ética e moral, juntamente com seu empenho pessoal. O indivíduo é influenciado por fatores internos e externos, ou seja, pelo meio social no qual se encontra.

Não se pode afirmar que jovens com bom nível escolar, e boa estrutura financeira e familiar não cometerão crimes, a esse respeito Camila Silva Nicácio destaca que “a violência entre jovens é mais uma marca da nossa contemporaneidade e não faz distinção de cor, raça, sexo, condição social”. Pode ser, “potencializada pela exposição mediática, representar elemento catalisador de exclusão dos já excluídos e excluídos dos até então incluídos, em seus condomínios

⁵⁴ LOMBROSO, Césare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2007. p. 116.

de luxo e faculdades privadas”.⁵⁵

Sabe-se que a violência juvenil tem se mostrado constante e progressiva na atualidade, por motivos já expostos anteriormente, mas o que chama a atenção atualmente é a associação e identificação de jovens abastados com a prática de delitos, que, também vem ocorrendo de forma progressiva.

Episódios como o do “índio pataxó queimado em Brasília; do assassinato em série no cinema em São Paulo ou do espancamento da doméstica no Rio de Janeiro são alertas para uma mudança premente de perspectiva e análise”.⁵⁶

De acordo com Rose Gurski, diz que:

“A violência juvenil tem se feito presente na atualidade, e temos de nos perguntar sobre quais condições de nosso laço social de algum modo facilitam esses atos e comportamentos. Que a violência como forma de expressão tem sido uma marca juvenil, independentemente do lugar social dos jovens”.⁵⁷

Para a autora, a violência praticada pelo jovem independe de qual estrato social ele pertença, e que de certo modo há uma brecha no que tange a um maior comprometimento dos agentes e mecanismos tradicionais de socialização juvenil, que vem contribuindo para determinadas condutas violentas.

Aparentemente são jovens sem problemas sociais, com boa escolaridade e famílias com estrutura financeira assegurada, que acabam se envolvendo e se identificando com o mundo do crime, quais as formas de representação de parte desses jovens: talvez movidos por impulso do consumo de bebidas ou drogas, e acabam se comportando como se fossem selvagens tendo ações violentas e criminosas sem um motivo aparente.

São jovens abastados, e revelam que, viver em situação de pobreza não explica a violência, ou seja, a violência não é parte exclusiva de uma classe social, até por que nem todos os jovens infratores vêm de famílias em situação de pobreza, independe de classe social, jovens que em algum momento externam atitude de revolta, através de ações violentas, mas não sabem o porquê.

⁵⁵ NICACIO, Camila Silva. *Violência na televisão: a juventude colonizada*. Disponível em: <<http://www.arnaldogodoy.com.br/revista> 2007>. Acesso em: 26 maio 2015.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ GURSKI, Rose. *Três ensaios sobre juventude e violência*. São Paulo: Escuta Clínica Maud Mannoni, 2012. p. 20.

Antônio Flávio Testa, pesquisador na área de juventude e violência da Universidade de Brasília (UnB), estudou o fenômeno dos “grupos ou gangues das superquadras” que propagavam a violência em Brasília na década de 70, naquela época, esses grupos eram formados por jovens de alta escolaridade e nível socioeconômico elevado que protegiam seus territórios de garotos de outras superquadras. Hoje o que move esses grupos não é mais a proteção dos seus territórios, e sim o consumo de drogas, roubos, entre outros.⁵⁸

E ressalta que, “os atritos eram constantes e havia muito consumo de drogas, o que ainda persiste, e hoje, a motivação para a prática de crimes entre os jovens da elite de Brasília é bem menos romântica: tráfico de drogas, roubos, desmanche de carros, e vê que o consumo de drogas é um fator determinante para que um jovem se envolva em crimes”.⁵⁹

Como explicar esse tipo de comportamento vindo de jovens que sempre tiveram toda uma estrutura voltada a seu favor, associar-se a outros iguais na prática de ações violentas sem motivo algum aparente. O que leva esses jovens a ter esse tipo de atitude em sociedade?

Maria Rita Khel ao falar sobre o tema em a juventude como sintoma de cultura, diz “se tratar de jovens privilegiados, que moram em condomínios de luxo, e com uma vida financeira invejável, passam a cometer crimes, e a se identificar com eles”. “Os piores exemplos de irresponsabilidade e falta de educação provêm da própria elite nacional, acostumada a conviver com uma série de práticas ilegais, de maior ou menor gravidade”.⁶⁰

Khel ainda ressalta que “uma parte da classe dirigente brasileira considera que a lei é para os manés, e que os espertos e privilegiados sabem como se colocar a cima ou à margem dela”, e entende que:

“A convivência com a criminalidade dos marginais e dos miseráveis acovarda e corrompe os adolescentes, principalmente quando estes perdem a confiança na justiça e na política que deveria proteger a sociedade toda. Mas a convivência com a ilegalidade das práticas da elite corrompe e educa para o crime boa parte das novas gerações,

⁵⁸ MAIS educação, menos crimes? Disponível em: <http://www.educacional.com.br/reportagens/juventude_violencia/maiseducacao.asp>. Acesso em: 14 abr. 2015.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ KHEL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

de maneira muito mais profunda e mais eficiente”.⁶¹

O adolescente no processo de formação e de transição torna-se mais vulnerável as influências do meio sejam elas boas ou ruins, os maus exemplos que vem da própria elite nacional, do meio político que representa toda a sociedade, tem um alcance danoso em todas as classes sociais.

A autora observa que “os adolescentes ricos convivem com essa criminalidade dentro, ou perto, de suas próprias casas, o jovem abastado não aprende a ser malandro na rua, ainda que deseje se identificar com esse tipo de malandragem”. “A vivência na rua apenas complementa o aprendizado da malandragem que se inicia dentro de casa, com a própria família”. E conclui que:

“É o pai que oferece caixinha ao guarda para escapar da multa por excesso de velocidade, ou vai à escola pedir a cabeça do professor que reprovou por razões justas, seu filho, contratam e demitem empregados sem pagar direitos trabalhistas, oferecem suborno aos oficiais da receita que descobrem irregularidades de suas empresas. Esses pais estão ensinando seus filhos que o dinheiro compra até o que não têm preço: a vergonha, a educação, a lei”.⁶²

Ainda ressalta que “a cultura da malandragem é uma das pontes que, lançando um fio invisível por sobre o abismo que separa o morro do asfalto, facilita a identificação de jovens da elite com o mundo da criminalidade dos miseráveis”. “É como se só fosse possível encontrar alternativas para a falta de sentido da vida pautada pelo consumo identificando-se com aqueles que não têm recursos para consumir”.⁶³

Os jovens passam a transmitir em sociedade, quer na escola, com os amigos, no meio social no qual vive todo o aprendizado que adquiriram dentro do ambiente familiar, seja ele, moral, cívica, bom ou mau modelo de conduta, esses jovens vão refletir tudo o que foi aprendido, serão frutos da educação ética e moral que tiveram.

Spagnol ao analisar os jovens delinquentes paulistanos observa que “a classificação de desviantes, que os outros elaboram, só vem de encontro às suas

⁶¹ KHEL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁶² Ibidem.

⁶³ Ibidem.

expectativas; há um forte apelo entre esses jovens de se configurarem entre os seus como uma espécie de *outsiders*. “A forma de andar, os gestos com os braços, com as mãos, as gírias utilizadas, não são características apenas do jovem da periferia, mas também estão presentes, pelo menos em parte, entre os adolescentes das classes mais abastadas”.⁶⁴

Segundo ele os jovens “utilizam o corpo como forma de linguagem”; e ainda “os jovens da classe média imitam os jovens da periferia, identificam-se com as roupas, a linguagem, o gestual, o rap, que invadiu os condomínios dos bairros nobres da cidade. Ser tachado pelos outros chega a ser uma conquista”.⁶⁵

Ele acredita que o jovem independente do extrato social ao qual pertença tem seu próprio jeito de ser, se manifestar como jovens que são, ou seja, um comportamento característico e adequado da juventude, jeito de falar, de vestir, procura se representar também através de uma linguagem corporal, um jeito despretensioso de próprio de ser jovem.

Nesse contexto Khel chama a atenção para o fato de que “é preocupante não é não é a identificação dos meninos e meninas da elite com a estética dos excluídos, mas a identificação com a violência; o preocupante é quando a curiosidade e a ousadia em romper com o circuito estreito da vida burguesa desembocam na identificação com a estética da criminalidade”.⁶⁶

Para a autora existe uma identificação do jovem abastardo com a estética daqueles que vivem nas periferias, nos subúrbios, o fato é que essa identificação se estende também ao comportamento violento, um jeito sedutor e perigoso de se viver, sem regras, e sem limites, uma maneira de representar-se preocupante.

Spagnol adverte de que “não há estudos sobre a delinquência entre os jovens pertencentes às classes média e média alta”. Mas que, “entretanto, essa delinquência existe, mas as informações não chegam a público e seus familiares entram em cena imediatamente para que não haja a menor possibilidade de o adolescente ingressar na FEBEM como infrator”.⁶⁷

⁶⁴ SPAGNOL, Antônio Sérgio. Jovens delinquentes paulistanos: tempo social. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ KHEL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁶⁷ SPAGNOL, Antônio Sérgio. Jovens delinquentes paulistanos: tempo social. *Revista de Sociologia*

Para o autor, o que ocorre em boa parte dos casos de violência praticados pelos jovens da elite, é que, nem se quer chega aos ouvidos do público em geral, e muitos deles já delinquiram repetidas vezes, mas sem passagem pela FEBEM, uma vez que o acesso a bons advogados resolve boa parte dos problemas.

Ainda observa, que “os crimes cometidos por jovens de classe média que chegam à mídia não são vistos, de uma maneira geral, como crimes cometidos por “assassinos”, “homicidas”, mas por jovens que apresentam algum problema, que não conseguimos detectar, a questão principal que se discute nesses casos é o tipo de educação ou problemas não detectados nas relações entre pais e filhos”.⁶⁸

Parece que o jovem independente de sua situação social, ou meio em que vive e se relaciona resolveu definitivamente deixa a sua marca, e escolheu pelo que se apresentam, atos de violência como forma de se expressarem, querem se fazer notar de uma forma ou de outra.

da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.

⁶⁸ Ibidem.

2 O CASO DO INDIO PATAXO GALDINO JESUS DOS SANTOS

Trata-se da síntese do caso do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, que foi vitimado por um grupo de jovens da classe média alta, todos residentes em Brasília, Distrito Federal. O crime ocorreu há mais de 20 anos, mas permanece vivo na memória de muitos cidadãos brasileiros, tendo em vista, como o fato se deu em meio a ação violenta, levando a vítima a queimaduras de alto grau, causando-lhe morte. Como também, quem o praticou, jovens abastados, de quem não se poderia esperar conduta tão reprovável, sendo que, todos de famílias com boas condições sociais, e bem estruturadas. O fato é que, o comportamento violento e desumano desses jovens repercutiu e chocou todo o País.

2.1 Síntese do fato

O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, vem com base no inquérito policial nº 095/97- 1ª/DP, oferecer DENÚNCIA contra: MAX ROGÉRIO ALVES, nascido em 20-6-77, natural de Brasília-DF, residente na SQS 111- Bloco A – apartamento 401- Brasília-DF; ANTONIO NOVELY CARDOSO DE VILANOVA, nascido em 30-5-77, natural de Volta Redonda – RJ, residente na SCLRN 715 – bloco G, entrada 57, apartamento 203 – Brasília-DF; TOMAS OLIVEIRA DE ALMEIDA, nascido em 08-6-78, natural de Brasília-DF, residente na SQS 413 – bloco J – apartamento 108 – 108 –Brasília-DF e ERON CHAVES OLIVEIRA, nascido em 26-11-77, natural de Brasília-DF, residente na SQS 213 – bloco – K - apartamento 305 – pela prática dos seguintes fatos delituosos.

Narra em sua inicial o Ministério Público do Distrito Federal e dos territórios o seguinte:

“No dia 20 de abril de 1997, por volta de cinco horas, na SQS 703/704 – W 3 Sul – Brasília-DF, os denunciados, juntamente com o menor de idade Gutemberg Nader Almeida Júnior, mataram GALDINO JESUS DOS SNATOS, índio Pataxó, contra o qual jogaram substância inflamável, ateando fogo a seguir, assumindo claramente o risco de provocar o resultado morte. Apurou-se, com o incluso Inquérito, que os denunciados, após terem se divertido durante toda a noite, já quase ao amanhecer, procurando dar continuidade à diversão, ao passarem pelo banco da parada de ônibus onde dormia à vítima, supondo ser ela um mendigo,

deliberaram sobre a ideia de dar continuidade a diversão, fazendo do pretenso mendigo uma tocha humana”.⁶⁹

Ressalta o Ministério Público que todos concordaram com a ideia perversa de atear fogo em pessoa dormindo e indefesa, e assevera que:

“A ideia macabra foi abraçada por todos eles, que compraram dois litros de combustível, retornaram ao mencionado local, desceram do veículo e passaram a colocar o plano em prática, tendo todos ciência de estarem contribuindo na conduta uns dos outros, com unidade de desígnio. O denunciado ERON e o menor infrator despejaram o líquido inflamável sobre a vítima e os demais denunciados – MAX ROGÉRIO, ANTÔNIO NOVELY e TOMÁS, atearam fogo em seu corpo, evadindo-se a seguir”.⁷⁰

E ainda destaca o Órgão Ministerial que:

“A vítima foi socorrida por populares que, com muita dificuldade, conseguiram apagar o incêndio e conduziram-na a um hospital. Já era tarde, porém, para salvar sua vida. Em razão da queimadura gravíssima em todo o corpo, GALDINO veio a falecer, após muitas horas de lenta e torturante agonia. Os denunciados praticaram o crime por **motivo torpe**, qual seja, para se divertir com cena de um ser humano em chamas. E o fazem com **extrema crueldade**, sendo do conhecimento geral que a morte por queimadura implica sofrimento atroz. Os denunciados utilizaram-se de **recurso que impossibilitou a vítima de esboçar qualquer gesto defensivo**, pois atacaram-na quando ela dormia. GALDINO era índio e não podia imaginar que fosse atacado por homens brancos – tidos como civilizados -, enquanto dormia, completamente desprotegido, sobre um banco de avenida principal da Capital da República”. (grifo nosso).⁷¹

Argumenta que, ao praticarem conduta criminosa com o menor GUTEMBERG, tendo ele menos de 18 anos, os acusados cometeram o delito de corrupção de menores, e entende que “os denunciados infringiram, assim, o mandamento proibitivo do artigo 121, § 2º, inciso I, III, e IV do Código Penal, e artigo 1º da Lei 2252/54, e artigo 1º da Lei 8072/90”, razão pela qual requer a instauração de processo crime”.⁷²

Assim, o Ministério Público pugna pela:

“Procedência integral da acusação para, nos termos do artigo 408 do

⁶⁹ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Processo n. 17.901/97*. Segunda Turma. Juiz: Frederico Ernesto Cardoso Maciel. Brasília, 31 de outubro de 2001.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem.

Código de Processo Penal, pronunciar MAX ROGÉRIO ALVES, ANTÔNIO NOVELY CARDOSO DE VILANOVA, TOMAS OLIVEIRA DE ALMEIDA e ERON CHAVES OLIVEIRA, submetendo-os ao julgamento do Egrégio Conselho de Sentença desse Tribunal do Júri, que os condenará, a inicial foi recebida por despacho em 28 de abril de 1997”.⁷³

2.2 Do pedido de prisão preventiva e sua decretação

O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios de imediato requereu a prisão preventiva dos acusados, tendo em vista, autoria e materialidade devidamente comprovadas, e ao auto grau de reprovabilidade da conduta praticada pelo grupo de jovens, e requer a PRISÃO PREVENTIVA dos acusados da seguinte forma:

Ao requerer a prisão preventiva a Promotoria argumentou que “requer, contudo por medida de cautela, o relaxamento do flagrante, com a decretação da prisão preventiva dos autuados ante a presença dos requisitos e condições para a medida, quais sejam, *fumus boni iuris e periculum in mora*”, e diz que:

“Os autuados, e também o menor infrator, confessaram a prática do hediondo crime, confissão está em perfeita consonância com os depoimentos de diversas testemunhas e em harmonia com o restante do conjunto probatório. **Inconteste, pois, a autoria do fato. A materialidade, por seu turno, revela-se igualmente incontestável**, conforme se vê do Laudo de exame Cadavérico em anexo. O alto grau de censurabilidade da conduta dos homicidas é demonstrado não só pela forma cruel e horripilante com que praticaram o bárbaro crime, mas também pela torpeza do motivo que os levou a tirar a vida de um semelhante totalmente indefeso”.(grifo nosso).⁷⁴

A MM. Juíza assevera ser incontestável não só a autoria do crime, da mesma forma sua materialidade, conforme demonstram os laudos, e destaca para o alto grau de reprovabilidade e perversidade na conduta dos denunciados. E em sua decretação da prisão preventiva dos acusados, a Excelentíssima Juíza argumentou da seguinte forma: “vislumbro presentes os requisitos autorizadores do decreto preventivo insertos nos artigos 311, 321 e seguintes do Código de Processo Penal, quais sejam, *fumus boni iuris e o periculum in mora*.”

⁷³ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Processo n. 17.901/97*. Segunda Turma. Juiz: Frederico Ernesto Cardoso Maciel. Brasília, 31 de outubro de 2001.

⁷⁴ Ibidem.

“No primeiro reside a plausibilidade do direito que se caracteriza pela prova da materialidade e indícios suficientes de autoria. No caso no caso dos autos verifico que, pelas provas até então colhidas nos autos de fls. 02/128, resta demonstrado a prova da materialidade e indícios suficientes da autoria. Por outro lado, o *periculum in mora* revela-se pelos requisitos da garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. A ordem pública restou abalada face e gravidade e violência do crime que vitimou Galdino Jesus dos Santos. A liberdade dos réus certamente causará perturbações de monta, que a sociedade se sentirá desprotegida de garantias para sua tranquilidade”.⁷⁵

Assim, foi decretada a prisão preventiva dos denunciados:

“MAX ROGÉRIO ALVES, ANTÔNIO NOVELY CARDOSO DE VILANOVA, TOMAS OLIVEIRA DE ALMEIDA e ERON CHAVES OLIVEIRA, em 28 de abril de 1997, como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal”.⁷⁶

2.3 Da pronúncia

2.3.1 Alegações finais do Ministério Público

O Ministério Público em sede de suas alegações finais relata que os réus foram denunciados pela prática da conduta delituosa tipificada no artigo 121, § 2º, I, III e IV do código Penal, como também a tipificada no artigo 1º da Lei 2252/54, em concurso material, pela morte de GALDINO, índio pataxó, enquanto este dormia em um banco de parada de ônibus, da quadra SQS- 703-704 W3 sul em Brasília Distrito Federal, que os mesmos tinham a pretensão de se divertirem com a vítima em chamas.

Ressalta o Ministério Público em suas alegações que foram juntados aos autos do processo os Laudos seguintes “Laudo de Exame cadavérico nº 879/97-IML (fl.146 a 171), Laudo de Exame de local e de veículo nº 131741/97-IC (fl.172 a 185) e Exame em substância Combustível”; ressalta ainda que:

“A autoria é inconteste ante a confissão dos quatro réus, devidamente corroborados pelos diversos depoimentos nos autos, como também é indiscutível a prova da materialidade, esplanada nos

⁷⁵ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Processo n. 17.901/97*. Segunda Turma. Juiz: Frederico Ernesto Cardoso Maciel. Brasília, 31 de outubro de 2001.

⁷⁶ Ibidem.

Laudos periciais supracitados, presentes os requisitos de necessários a prolação da Pronúncia, previstos no artigo 408 do Código de Processo Penal.”⁷⁷

Como também, alega o Parquet, serem as qualificadoras incontestáveis e esclarece:

“A qualificadora da crueldade é objetiva e incontestável. Mataram GALDINO com fogo, infligindo-lhe cruel e atroz sofrimento. A qualificadora do uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima, restou igualmente inquestionável, pois atacaram-na dormindo, desprevenida, de forma a impossibilitar-lhe qualquer gesto defensivo. Da mesma sorte, a qualificadora do motivo torpe, todos os réus alegaram em juízo que o objetivo era divertir-se com o “susto” da vítima. Não se brinca com tamanha dor nem de um animal, quanto mais de um desprotegido ser humano”.⁷⁸

Ao expor todos os fatos o Órgão Ministerial ressalta que, não existem provas acerca de excludente de ilicitude ou de culpabilidade que pudessem beneficiar os réus, sendo assim, pugna para que sejam os réus, “MAX ROGÉRIO ALVES, ANTÔNIO NOVELY CARDOSO DE VILANOVA, TOMAS OLIVEIRA DE ALMEIDA e ERON CHAVES OLIVEIRA, pronunciados nos termos da denúncia, segundo a regra do artigo 408 do Código de Processo Penal, para que sejam julgados pelo Egrégio Tribunal do Júri.”⁷⁹

2.3.2 Alegações finais da Defesa

A defesa dos acusados inconformada com a denúncia a ERON CHAVES OLIVEIRA e TOMAS OLIVEIRA DE ALMEIDA, vem em suas alegações finais pugnar que:

“A denúncia aos ora defendentes a autoria do tipo inserto no art. 121 do Código Penal, tendo como elemento subjetivo o dolo eventual como se observa do item 1 da referida peça – assumindo claramente o risco de provocar o resultado morte. Assim, embora sejam bastantes para a pronúncia a existência de crime em tese e indícios suficientes de autoria, urge que a admissibilidade se ajuste ao crime realmente existente - descrição do agir com seu elemento anímico”.⁸⁰

⁷⁷ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Processo n. 17.901/97*. Segunda Turma. Juiz: Frederico Ernesto Cardoso Maciel. Brasília, 31 de outubro de 2001.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Ibidem.

A defesa ainda alega não serem compatíveis as qualificadoras, ora pugnadas pelo Ministério Público em suas alegações, com o dolo eventual, sendo que, o dolo eventual, é resultante, alega a defesa, apenas de uma mera aceitação do resultado. E deduz o seguinte:

“*In casu* a torpeza, como motivação restou inteiramente ausente, pois os acusados desejavam tão só que a vítima corresse em direção aos mesmos, tendo como exemplo uma “pegadinha”. Da mesma forma, não há falar-se em crueldade, haja vista que não tinha como escopo causar um padecimento intenso à vítima, nem fora o meio vil, repugnante ou ignóbil, e como inexistente a meta homicida não há como qualificar o agir embora subsumível em tipo outro”.⁸¹

Assim, pugnou a defesa dos réus em alegações pela desclassificação do crime de homicídio para a conduta tipificada no art. 129, §3º, do Código Penal, ou seja, para lesão corporal, e ainda pugnou que fossem os réus:

“Impronunciados com relação a acusação do crime de Corrupção de menor – Lei 2.252/54, art. 1º, pois na primeira hipótese o resultado foi incalculável, não estava no querer dos agentes, embora fosse previsível e na segunda não há prova de que os mesmos desejassem sequer que o menor participasse da brincadeira”.⁸²

Quanto a defesa de MAX ROGÉRIO ALVES alega ser a imputação do crime de homicídio triplamente qualificado oferecida pelo Ministério Público, algo criado por uma mente perversa do então Membro Ministerial, e alegam:

“Como se pode inferir de uma simples passagem da denúncia, oferecida por sinal no mesmo dia em que recebido o inquérito policial, ela afirma que no dia 20 de abril de 1997, os denunciados mataram GALDINO JESUS DOS SNATOS, mas que o laudo de exame cadavérico não diz nesse sentido, mas sim que, a morte ocorreu às 02:00 horas do dia 21 de abril de 1997, em consequência de queimaduras”.⁸³

Ainda nesse entendimento vem esclarecer a defesa do réu, e diz:

“De modo que a grave imputação contida na denúncia não tem, decididamente, correspondência com os fatos apurados na peça investigativa. O acusado, portanto, está sendo processado ilegalmente por um crime que não cometeu no dia 20.4.97, podendo, portanto, ser seguramente apodada de inepta a denúncia oferecida

⁸¹ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Processo n. 17.901/97*. Segunda Turma. Juiz: Frederico Ernesto Cardoso Maciel. Brasília, 31 de outubro de 2001.

⁸² *Ibidem*.

⁸³ *Ibidem*.

contra ele”.⁸⁴

A defesa então pugna pela liberdade do réu, bem como pela desclassificação da conduta delituosa de homicídio doloso triplamente qualificado para uma das seguintes, qual sejam “os três tipos penais em que sua conduta pede ser capitulada; lesão corporal seguida de morte; homicídio culposo ou incêndio culposo (CP, art.129, §3º; 121, §3º ou 250, § 2º)”.⁸⁵

Já a defesa de ANTONIO NOVELY CARDOSO DE VILANOVA postula em sede de alegações finais que, nos autos do processo não consta nada que se deduza ter havido vontade no resultado morte, mesmo que em forma de dolo eventual, não há de ser presumido, alega a defesa do réu, deve ser submetido à prova.

Postula a defesa do acusado pela desclassificação do crime de homicídio triplamente qualificado, para a conduta delituosa de lesão corporal seguida de morte, tipificado no art. 129, §3º, pugnou ainda a defesa do acusado que:

“Se ainda entender V. Exa para o previsto no art. 121, §3º, ambos do Código Penal, e impronuncia-lo em relação ao crime descrito no art. 1º da Lei nº 2252/54, eis que, ausente o dolo no resultado no primeiro caso, e evidente carência de provas no 2º”.⁸⁶

2.3.3 Da desclassificação pelo tribunal do júri

A Excelentíssima Juíza ao decidir sobre a competência ou não do Tribunal do Júri, relata que os réus foram denunciados por terem praticado conduta criminosa, e ao terem praticado teriam agido com vontade de matar, na forma de dolo eventual. O fato é que para se fixar a competência do Tribunal do Júri, é necessário relata a Juíza, que se esclareça que “o único ponto controvertido é o elemento subjetivo, deve ser salientado que a vontade é elemento integrante do tipo penal. Importante saber se os réus quiseram o resultado morte ou assumiram o risco o risco de produzi-lo”.⁸⁷

⁸⁴ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Processo n. 17.901/97*. Segunda Turma. Juiz: Frederico Ernesto Cardoso Maciel. Brasília, 31 de outubro de 2001.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Ibidem.

Em sua decisão a MM. Juíza afasta de pronto a possibilidade do homicídio culposo, e entende que:

“No tipo culposo, o agente realiza uma ação cujo fim é lícito, mas, por não se conduzir com observância do dever de cuidado, dá causa a um resultado punível. E atear fogo em pessoa que dormia no abrigo de ônibus, para assustá-la, à evidência não é atividade lícita”.⁸⁸

Muito menos tratar-se de incêndio culposo, tendo em vista a confissão dos réus, e esclarece que o tipo do crime de incêndio é “vontade deliberadamente dirigida ao incêndio de alguma coisa, tendo o agente consciência e vontade de produzir uma situação de perigo comum”; ainda ressalta que: “um ser humano não é coisa, seja ele índio ou mendigo”.⁸⁹

Assim, ressalta em sua decisão que restam apenas dois tipos a ser considerados, a conduta delituosa do Homicídio praticado na forma de dolo eventual e o de lesões corporais seguidas de morte, e destaca a MM. Juíza que “em suma, há dolo eventual quando o agente prevê como provável e não apenas como possível o resultado e o que tenha conscientemente aceito”.⁹⁰

Logo, ao analisar os autos do processo conclui a D. julgadora pela prática do crime de lesões corporais seguida de morte e não pelo de homicídio com dolo eventual, e resume que:

“A ação inicial dos réus, sem qualquer dúvida, foi dolosa. Não há como afastar a conclusão de que, ao atear fogo na vítima para assustá-la, o resultado morte, entretanto, que lhes escapou à vontade, a eles só pode ser atribuído pela previsibilidade, mesmo sabendo perfeitamente das possíveis e até mesmo prováveis consequências do ato impensado, não está presente o dolo eventual. Assumir o risco é mais, é assumir no resultado, é querer ou aceitar a respectiva concretização, é necessário que o agente tenha à vontade e não apenas a consciência de correr o risco. E o “ter à vontade” é elemento subjetivo que está totalmente afastado pela prova dos autos, que demonstrou à sociedade que os acusados pretendiam fazer uma brincadeira selvagem, ateando fogo naquele que presumiram ser um mendigo, mas nunca anuíram no resultado morte”.⁹¹

⁸⁸ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Processo n. 17.901/97*. Segunda Turma. Juiz: Frederico Ernesto Cardoso Maciel. Brasília, 31 de outubro de 2001.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Ibidem*.

Por tudo o que foi apresentado decide a MM. Juíza para que os réus sejam julgados e condenados pela prática do crime de lesões corporais seguida de morte, ressalta que, inexistiu na conduta dos agentes a vontade de matar, entende então, por afastar a competência constitucional do Tribunal do Júri, e que:

“Os réus deverão responder pelo crime previsto no artigo 129, §3º do Código Penal, fls.590/591. Diante do exposto e com fundamento nos artigos 408 §4º, e 410 do Código de Processo Penal, desclassifico a imputação de homicídio doloso contra MAX ROGÉRIO ALVES, ANTÔNIO NOVELY CARDOSO DE VILANOVA, TOMAS OLIVEIRA DE ALMEIDA e ERON CHAVES OLIVEIRA, e declino da competência para uma das Varas Criminais”.⁹²

2.3.4 Da decisão sobre a competência pelo tribunal do júri

O Órgão Ministerial inconformado com a decisão, que desclassifico a imputação do crime de homicídio praticado com dolo eventual para o delito de lesões corporais seguida de morte, recorre em Sentido Estrito, e destaca que:

“Os acusados estavam à procura de diversão quando avistaram um ser humano que parecia um mendigo, que deveria inspira sentimentos nobres de compaixão e caridade. Entretanto, a imagem do mendigo desamparado fez nascer nos recorridos o desejo de fazê-lo objeto da diversão que procuravam”.⁹³

Acrescenta que não foi um ato impulsivo, de momento e que sabiam das trágicas consequências e da leviandade da pretendida diversão. Tece comentários sobre a fuga e argumenta que as testemunhas em desespero fizeram de tudo para salvar Galdino da agonia, enquanto os homicidas tratavam de trocar de carro novamente e que após foram dormir no conforto de suas casas.

Entende o Ministério Público, não ter sido um ato impensado dos réus, que tinham plena consciência do que poderia causar conduta demasiadamente perversa dos quatro jovens ora recorridos, e mais, que os mesmos não se importaram com o sofrimento da vítima, que fora socorrida por estranhos na tentativa de salva-la daquele atroz sofrimento, como também, procuraram evadir-se do local do crime em direção ao sossego de seus lares, como se nada tivesse acontecido.

⁹² DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Processo n. 17.901/97*. Segunda Turma. Juiz: Frederico Ernesto Cardoso Maciel. Brasília, 31 de outubro de 2001.

⁹³ Ibidem.

Ainda destaca o Ministério Público que “o fato de tamanha gravidade não pode ser considerado brincadeira selvagem e também que pode ser um precedente perigoso afirmar que os réus previram o resultado morte, mas sinceramente acreditaram que ele não ocorreria”.⁹⁴

A MM. Juíza a quo’ em sua decisão diz não compartilhar a opinião de que a desclassificação tenha sido prematura, não subsistindo qualquer dúvida a respeito da questão, puramente de direito, ou seja, a distinção entre dolo eventual e a culpa consciente, pois na última figura enquadrou-se, com segurança, o elemento anímico da conduta praticada pelos recorridos, está autoriza a desclassificação, mantendo a decisão recorrida pelos próprios fundamentos.

Destaca o Ministério Público que, a MM. Juíza em decisão de primeiro grau, não entendeu pela prematuridade da desclassificação, e que não há dúvidas do que foi apresentado, que os réus ora recorridos agiram com culpa consciente, e mantem a desclassificação.

A Egrégia Segunda Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios negou provimento, por unanimidade ao recurso, e manteve a decisão “a quo” na íntegra, e entende que:

“Se a intenção dos agentes foi a de provocar um susto na vítima, ao acordar com o pano que cobria suas pernas em chamas e não o de causar a sua morte, diante fazerem-se presentes uma conduta dolosa, “atear fogo”, e outra culposa “a morte”, derivada da violação de dever de cuidado, resta configurado o crime preterdoloso que impõe se desclassifique a imputação de homicídio doloso para lesões corporais seguida de morte”.⁹⁵

O Parquet, por não se conformar com a decisão, interpôs recursos, recurso extraordinário e recurso especial, e no recurso especial, assevera que houve:

“Negativa de vigência aos artigos 74, §1º, 408 e 410 do Código de Processo Penal, contrariedade aos artigos 18, inciso I, e 121, §2º, incisos I, III e IV e 129, § 3º, do Código Penal, e divergência

⁹⁴ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Processo n. 17.901/97*. Segunda Turma. Juiz: Frederico Ernesto Cardoso Maciel. Brasília, 31 de outubro de 2001.

⁹⁵ Ibidem.

jurisprudencial quanto à aplicação dos referidos dispositivos da lei federal”.⁹⁶

Em sede de razões de Recurso Especial, o Ministério Público, entende não ser admissível, que a MM. Juíza e a Egrégia Segunda Turma Criminal entendam pela desclassificação da conduta delituosa para a competência de uma das Varas Criminais, ressalta que “os fatos da causa não permitem, à evidência, conclusão pacífica sobre o elemento Subjetivo em ordem a afastar-se, de pleno, a competência do Tribunal do Júri Popular”.⁹⁷

Argumenta o Ministério Público que os réus usaram substância altamente perigosa e inflamável e riscaram fósforos, ateando fogo no corpo da vítima que ali dormia vindo a sofrer queimaduras por todo o corpo, em 95%, causando-lhe a morte, e enfatiza que:

“Tais fatos reconhecidos pelo d. julgado não abonariam, por si. a desclassificação efetivada, em outras palavras , admitindo-se as premissas estabelecidas pelo v. acórdão recorrido, o qual, insista-se, não nega, diante dos aspectos que estimou provado, a “incerteza” quanto á verdadeira intenção dos agentes, será obrigatória a pronúncia dos acusados para que o exclusivo juiz da causa, o Tribunal Popular avalie a controvérsia, de acordo com a determinação constitucional (CF. art.5º, inc. XXXVIII, alínea “d”) e legal (CPP, arts.74,§1º e 408)”.⁹⁸

Assim, e por maioria dos votos a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em 09 de fevereiro de 1999, decide, conhecer do recurso e dar provimento, para submeter os réus a julgamento perante o Tribunal do Júri de Brasília.

2.4 Da sentença

Os réus foram submetidos a julgamento pelo Egrégio Conselho de Sentença, em 07 de novembro de 2001 em Brasília, Distrito Federal, como também, sentenciados pela então Juíza Dra. Sanda de Santis M. de F. Mello, sendo que “por sete votos, reconheceu a autoria e materialidade do homicídio. Por cinco votos a dois foi afastada a tese defensiva da desclassificação em relação a todos os réus, a

⁹⁶ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Processo n. 17.901/97*. Segunda Turma. Juiz: Frederico Ernesto Cardoso Maciel. Brasília, 31 de outubro de 2001.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ *Ibidem*.

resposta afirmativa ao quesito do dolo eventual”.⁹⁹

No que tange as às qualificadoras, foram todas reconhecidas, assim sendo que:

“Motivo torpe, por seis votos a um em relação ao acusado MAX e por sete votos a zero em relação aos demais. Quanto a qualificadora do meio cruel, foi acatada por seis votos a um em relação ao acusado MAX e pela totalidade dos votos quanto aos demais. Finalmente, por unanimidade, foi aceita a qualificadora de uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima, que foi atacada enquanto dormia”.¹⁰⁰

O Egrégio Conselho de Sentença reconheceu a existência de atenuantes, em favores de todos os acusados, como também valoraram a confissão espontânea dos réus, e a menoridade relativa. Já quanto ao crime de corrupção de menores, decidiram que “por terem praticado o ato delituoso em companhia de Gutemberg Nader Almeida Junior, à época, menor de dezoito anos, os jurados negaram a prática criminosa, em relação ao réu MAX, por seis votos a um, e quanto aos demais, pela totalidade dos votos”.¹⁰¹

Assim, “os Réus Max Rogério Alves, Tomas Oliveira de Almeida, Eron Chaves Oliveira e Antônio Novely Cardoso de Vilanova” foram considerados culpados, e condenados como “incursos nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso II, III, e IV do Código Penal e absolvê-los do crime do artigo 1º, da Lei 2252/54”.¹⁰²

Logo, a MM. Juíza passou a fixar a pena acima do patamar mínimo legal, levando em consideração que as circunstâncias judiciais lhes foram desfavoráveis, fixando a pena aos réus a 15 (quinze) anos de reclusão, e mais: “Considerou que a atenuante da menoridade prepondera sobre todas as demais circunstâncias, assim atenuou a pena em 1 ano de reclusão”. A d. sentenciante fixou a pena “em 14 (quatorze) anos de reclusão, que serão cumpridos no regime integralmente fechado, por tratar-se de crime considerado hediondo”.¹⁰³

⁹⁹ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Processo n. 17.901/97*. Segunda Turma. Juiz: Frederico Ernesto Cardoso Maciel. Brasília, 31 de outubro de 2001.

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Ibidem.

2.5 Análise da ação dos jovens

O índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, foi vítima de um grupo de adolescentes de classe média alta todos residentes na asa sul em Brasília, Distrito Federal, jovens sem problemas nenhum aparente, família estruturada, situação financeira confortável, escolaridade privilegiada, de repente resolvem em comum acordo, brincar com a vida humana, como se nada fosse, tendo em vista se tratar de um desvalido que ali estava. Decidem comprar substância inflamável, despejaram na vítima e atearam fogo, para que a vissem pegar fogo e logo em seguida corresse atrás deles, desejo de todos.

No caso concreto, se observa que o perfil desses indivíduos e de suas famílias é praticamente um só, aparentemente normal, como já explanado anteriormente. Esses rapazes, talvez impulsionados por estarem motorizados e com dinheiro no bolso, isso tudo depois de terem se divertido toda a noite, passearam de carro, conversaram com os amigos, namoraram, enfim, comportamento adequado e normal para os jovens dessa idade.

Ao verem aquela pessoa deitada, e achando se tratar de um mendigo, assentem em extravasar algo em comum entre todos ali, a falta de respeito, solidariedade e compaixão ao próximo, se quer temeram a possíveis sanções muito ao contrário, destinaram o feito a uma pessoa justamente por esta naquela situação de pobreza e penúria, uma pessoa qualquer, a margem da sociedade.

Como explicar o comportamento desses jovens, que motivação teriam tido para que praticassem conduta tão reprovável? Talvez por acharem que não seriam vistos, afinal, era alta madrugada, ou que, jamais responderiam pelo ato, atear fogo em um mendigo para vê-lo correr, uma simples brincadeira com fogo. Quais valores foram transmitidos e que cuidados parentais foram dispensados a esses indivíduos no decorrer da sua formação?

Antônio Lisboa, ao falar sobre as causas do comportamento desviante destaca que “por trás das tendências antissociais de uma criança está sempre o fracasso do meio ambiente em ajustar às suas necessidades emocionais e sociais, em uma época em que ela é relativamente dependente”; e ressalta que “pode ser atribuído, inicialmente, esse fracasso às deficiências na criação e, posteriormente,

às dificuldades da família em corrigir essas deficiências e, por último, à sociedade, quando esta toma o lugar da família”.¹⁰⁴

Não é demasiado ressaltar, que indivíduos com uma educação deficitária, no que tange a carência afetiva de valores, principalmente advindos da família, podem desenvolver condutas agressivas e antissociais, sendo que, independe do contexto social onde esses indivíduos se encontrem.

Portanto, as crianças e os jovens precisam ser educados para aquilo que é certo, ético, eles não nascem com princípios éticos morais, isso é aprendido, dentro de um convívio saudável, são produtos do meio onde estão inseridos. Esse cuidado tem que vir de todos aqueles que se comprometem na transmissão de determinados valores, mas, principalmente do núcleo familiar. O comportamento e o comprometimento das famílias para com as suas crianças, isso é o mais importante.

¹⁰⁴ LISBÔA, Antônio Marcio Junqueira. *A primeira infância e as raízes da violência: proposta para diminuição da violência*. Brasília: LGE, 2007. p.65.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo, procurar entender porque motivo os jovens abastados passam a cometer crimes, que possíveis causas e razões poderiam desencadear o comportamento antissocial desses indivíduos. Qual o papel da família, qual a importância dos laços afetivos e sociais, que cuidados parentais devem ser observados na prevenção da delinquência.

O trabalho foi estruturado em 2 (dois) capítulos, sendo que, no primeiro capítulo falo sobre a delinquência juvenil, conceito de juventude, violência como utilidade, e trato sobre o tema em questão, violência juvenil na classe média e alta. No segundo capítulo desenvolvo síntese sobre o caso do índio pataxó GALDINO, morto por quatro jovens, todos de famílias da classe média alta de Brasília, Distrito Federal.

Ocorre que, o que vemos hoje é um perfil familiar bastante mudado em relação às décadas passadas, isso ocorreu a partir da década de 80, antes disso a mulher praticamente não trabalhava fora, se dedicava exclusivamente aos filhos, aos cuidados com a casa e a família. Isso praticamente lhes garantia uma educação mais solidada, que impunha limites, hoje o que vemos são filhos vítimas de pais ausentes e famílias desestruturadas, carentes de uma educação ético moral, pais pouco participativos e menos preocupados com o psicológico, moral, e emocional desses indivíduos.

Devido a essa mudança no perfil familiar, os filhos acabam por ser assistidos por outras pessoas, a maioria das vezes, sejam, a babá, avós, tios, e muitos pais optam pela escola com tempo integral, pois estão trabalhando, procurando manter um determinado padrão social, sem tempo para um afago, uma atenção especial, e muitos quando chegam em casa já encontram seus filhos adormecidos. Esse cotidiano acaba por distanciar pais e filhos, e conseqüentemente comprometendo a educação desses indivíduos.

Outro ponto a ser ressaltado, é que não se trata apenas da ausência física dos pais, e sim, da carência de uma educação pautada no amor, carinho, atenção, elogios e cuidados parentais que uma criança merece e deveria ter nessa fase, carências afetivas podem desencadear comportamentos agressivos, os traumas sofridos por esses indivíduos enquanto crianças podem gerar condutas

antissociais, quando estes se tornarem adultos.

Ainda relativo a essa questão, tendências agressivas que envolvem crianças e adolescentes podem estar associadas a algum fracasso de instituições ou entidades, como a família, sociedade, escola, o meio social onde estão inseridos, que provavelmente tenha ocorrido a época da formação de sua personalidade, e que somaram desfavoráveis à sua educação, e ao bom desenvolvimento da sua formação.

O outro ponto que merece atenção, é referente a carência do aprendizado de valores, a falta da imposição de limites, e a importância de se ter uma educação pautada em disciplina e respeito ao próximo, que certamente, e diretamente podem estar associadas a comportamentos desviantes por parte desses indivíduos.

Ocorre que tudo isso vem a ser potencializado por causas externas que impulsionam ainda mais o quadro de violência praticada pelos jovens, e que se instalou, ou seja, causas como o narcotráfico, a impunidade, a corrupção, as desigualdades econômicas, a falta de políticas públicas de qualidade, por fim, são vetores que acabam por aumentar o quadro de violência no país.

Conclui-se que, a conduta violenta praticada pelo jovem, independe a qual extrato social ele pertença, seja ele da periferia ou abastado, é um evento preocupante, ainda mais quando praticado em grande escala como no Brasil. Isso acontece por vários fatores, famílias desestruturadas, em que as vezes a criança foi criada só pelo pai, ou somente pela mãe, pais que não souberam dosar todo o amor e respeito que uma criança necessita para um bom crescimento emocional. Como também as carências afetivas, transmissão de princípios e valores, violências de toda ordem sofridas por esses indivíduos, situações e fatos que podem levar a sintomas de violência.

No caso concreto do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, atacado e morto de forma cruel por quatro jovens, todos de classe média alta, ou seja, nem o fato de ambos terem bom poder aquisitivo, morarem bem, e terem estudado em boas instituições de ensino, nada disso foi o bastante para frear a conduta desumana e violenta praticada por esses rapazes.

Em suma, tudo isso só vem a reforçar o fato de que, uma boa condição econômica não é determinante, muito menos suficiente para que se evite que uma

criança ou adolescente se torne um desviante. Um núcleo familiar bem estruturado, com pais presentes, família amorosa, uma educação pautada em bons modelos de comportamento ético moral, associado a imposição de limites, disciplina, respeito ao próximo, noções de cidadania, patriotismo, são certamente condutores para que esses jovens tenham uma vida saudável e feliz.

Por fim, é necessário que no Brasil haja um maior interesse do poder público em investimentos, no que diz respeito a políticas públicas que sejam direcionadas aos jovens principalmente na prevenção da violência e do crime. Vivemos em uma sociedade injusta e desigual, aonde a inclusão mediante políticas públicas deveria ser tratada com prioridade e seriedade, para que se construa uma sociedade mais igualitária, com jovens saudáveis e menos violência.

Atualmente observa-se uma rebeldia à educação ético moral, tanto no polo ativo como passivo, como se valores como a honestidade, respeitar o próximo como um igual, solidariedade, cidadania, já não valessem mais a pena, isso tem marginalizado os nossos jovens.

REFERÊNCIAS

- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.
- BECCARIA, Cesare Bonesana. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Processo n. 17.901/97*. Segunda Turma. Juiz: Frederico Ernesto Cardoso Maciel. Brasília, 31 de outubro de 2001.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- FUDOLI, Rodrigo de Abreu. O fenômeno violento: fatores condicionantes e propostas para redução de sua incidência. *Revista do CNPCP*, Brasília, v. 1, n. 11, p. 95-112, jan./jun. 1998.
- GURSKI, Rose. *Três ensaios sobre juventude e violência*. São Paulo: Escuta Clínica Maud Mannoni, 2012.
- KHEL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- LISBÔA, Antonio Marcio Junqueira. *A primeira infância e as raízes da violência: proposta para diminuição da violência*. Brasília: LGE, 2007.
- LOMBROSO, Césare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2007.
- MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da violência*. São Paulo: RT, Vértice, 1987.
- MAIS educação, menos crimes? Disponível em: <http://www.educacional.com.br/rep/ortagens/juventude_violencia/maiseducacao.asp>. Acesso em: 14 abr. 2015.
- MALDONADO, Maria Tereza. *Cá entre nós: na intimidade das famílias*. São Paulo: Integrare, 2006.
- NICACIO, Camila Silva. *Violência na televisão: a juventude colonizada*. Disponível em: <<http://www.arnaldogodoy.com.br/revista2007>>. Acesso em: 26 maio 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- SPAGNOL, Antônio Sérgio. Jovens delinquentes paulistanos: tempo social. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.